



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Saúde

Junta de Recursos

Parecer nº 1/SES/ASSJUR-JR/2021

PROCESSO Nº 1320.01.0081367/2019-48

JUNTA DE RECURSOS

JURSIM

ASSUNTO: Recurso

AUDITADO: Secretaria Municipal de Saúde

MUNICÍPIO: Monte Azul

NMAA: Norte/Montes Claros

SRS: Montes Claros

Nº PROCESSO SIGED: 1320.01.0081376/2019-49

ATIVIDADE SISAUD: 582

RECORRENTE: Secretaria Municipal de Saúde

RELATÓRIO

Trata-se de auditoria realizada pelo Núcleo Macrorregional de Auditoria Assistencial (NMAA) Norte na Secretaria Municipal de Saúde de Monte Azul de 26/08/2019 a 30/08/2019, que originou o Ofício SES/AUDSUS nº 419/2020 e Ofício SES/AUDSUS nº 420/2020, em virtude das seguintes constatações não conformes apontadas no Relatório Final de Auditoria, seguidas de penalidades impostas nos termos da Resolução SES-MG nº 2906, de 24/08/2011:

Penalidade de Advertência Escrita em consequência das seguintes constatações não conformes:

1 - Constatação nº 581936 - O SCRA não utiliza protocolos clínicos ediretrizes terapêuticas. Em desacordo com a Resolução CIT nº 04/2012, Anexo I, Item 4.1. E e com a Portaria de Consolidação nº 2/2017, Anexo XXVI, art. 10, § 3º Inciso III.

2 - Constatação nº 581937 - O SCRA não utiliza protocolos de regulação de acesso. Em desacordo com a Resolução CIT nº 04/2012, Anexo I, Item 4.1., f.; Portaria de Consolidação nº 2/2017, Anexo XXVI, art. 4º, inciso V, art. 8º, inciso IV e art. 10, §3º Inciso III.

3 - Constatação nº 581947 - A Secretaria Municipal de Saúde não possui mecanismos para avaliar a satisfação do usuário. Em desacordo com a Portaria de Consolidação nº 2/2017, Anexo XXVI, art. 4º, Inciso IX.

4 - Constatação nº 581955 - A Secretaria Municipal de Saúde não monitora, não fiscaliza e não avalia a execução dos procedimentos realizados nos estabelecimentos por meio das ações de controle e avaliação hospitalar e ambulatorial. Em desacordo com a Resolução CIT nº 04/2012, Anexo I, Item 4.1., n, com a Deliberação CIB/SUS-MG nº 2.768/2018, Anexo I, Inciso IV e com a Portaria de Consolidação nº 2/2017, Anexo XXVI, art. 4º, Incisos VI e VIII e art.10, § 3º, inciso XI.

PARECER

O Auditado em resposta aos ofícios, objetivando justificar as constatações não conformes supracitadas, apontadas no Relatório Final de Auditoria apresentou os seguintes anexos constantes do Processo SEI 1320.01.0081367/2019-48:

- *Recurso nº 1 (23025687)*
- *Recurso nº 2 (23026458)*
- *Recurso nº 3 (23026528)*
- *Recurso nº 4 (23026722)*
- *Recurso nº 5 (23026816)*
- *Recurso nº 6 (23026860)*
- *Recurso nº 7 (23026991)*
- *Recurso nº 8 (23027162)*
- *Recurso nº 9 (23027208)*
- *Recurso nº 10 (23027412)*
- *Recurso nº 11 (23027528)*
- *Recurso nº 12 (23027629)*
- *Recurso nº 13 (23027753)*
- *Recurso nº 14 (23027788)*
- *Recurso nº 15 (23027859)*

Conhecemos dos recursos pela tempestividade e legitimidade do recorrente.

1 - Constatação nº 581936 - O SCRA não utiliza protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas.

Análise:

O Auditado encaminhou cópias dos protocolos de encaminhamento para ginecologia elaborados em 13/1/2020, num total de 10 protocolos relacionados a área de ginecologia; protocolos de encaminhamento para a ortopedia elaborado em 16/1/2020, num total de 9 protocolos; protocolo de segurança de cirurgia. **Documento:** Recurso nº 1 (23025687). Consideramos a irregularidade como corrigida.

2 - Constatação nº 581937 - O SCRA não utiliza protocolos de regulação de acesso.

Análise:

O Auditado encaminhou cópia do Protocolo de Regulação do Acesso para os procedimentos de Média e Alta Complexidade elaborado em outubro/2020 com a descrição dos fluxos e passos. **Documento:** Recurso nº 2 (23026458). Consideramos a irregularidade como corrigida.

3 - Constatação nº 581947 - A Secretaria Municipal de Saúde não possui mecanismos para avaliar a satisfação do usuário.

4 - Constatação nº 581955 - A Secretaria Municipal de Saúde não monitora, não fiscaliza e não avalia a execução dos procedimentos realizados nos estabelecimentos por meio das ações de controle e avaliação hospitalar e ambulatorial.

Análise:

Em relação às Constatações 581947 e 581955 – O Auditado instituiu um questionário de avaliação da satisfação dos usuários e encaminhou a análise feita pelo componente municipal de auditoria. Contudo não foi possível identificar a periodicidade em que é feita tal análise. Encaminhou também cópias do SUS Fácil MG de janeiro/2018 até maio/2020 que demonstra o conhecimento dos usuários que solicitam internação no serviço de saúde do município. **Documentos:** Recurso nº 3 (23026528), Recurso nº 4 (23026722), Recurso nº 5 (23026816), Recurso nº 6 (23026860), Recurso nº 7 (23026991), Recurso nº 8 (23027162), Recurso nº 9 (23027208), Recurso nº 10 (23027412), Recurso nº 11 (23027528), Recurso nº 12 (23027629), Recurso nº 13 (23027753), Recurso nº 14 (23027788) e Recurso nº 15 (23027859). Consideramos as irregularidades como corrigidas.

CONCLUSÃO

O processo de auditoria em análise tramitou nos moldes da Resolução SES-MG nº 2.906/2011. A legislação citada pela equipe de auditoria fundamentou devidamente o apontamento das constatações não conformes, não havendo nenhuma irregularidade do ponto de vista jurídico.

Diante do exposto, consideramos que os requisitos de admissibilidade foram atendidos, e foram apresentadas justificativas válidas, acompanhadas de documentação probatória apta a afastar as irregularidades ou demonstrar que a necessária correção estava em andamento, entendemos pelo conhecimento do recurso, dando-lhe provimento para cancelar as penalidades de Advertência Escrita imposta ao Auditado.

À superior apreciação

Belo Horizonte, 14 de janeiro de 2021.